

## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

<b>ASSUNTO</b>	Procedimento (nº 34/2024) por CONSULTA PRÉVIA para a contratação de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e <i>internet</i> (fixa e móvel) – Sede e Delegações
	<b>CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA</b>

O CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins, com sede na R. da Sociedade Farmacêutica, N.º 3, 1169-074 LISBOA, Pessoa Coletiva N.º 501 791 949,

**CONVIDA**, nos termos previstos no art.º 115º do Código dos Contratos Públicos (CCP), à apresentação de proposta no âmbito do procedimento de CONSULTA PRÉVIA, adotado para a celebração de **contrato de aquisição de serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e *internet* (fixa e móvel) – Sede e Delegações**, nos termos a seguir definidos, bem como nos termos do Caderno de Encargos que se anexa a este convite:

### I. ENTIDADE ADJUDICANTE

CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins  
Pessoa coletiva N.º 501 791 949  
Sede: Rua da Sociedade Farmacêutica, N.º 3, 1169-074 LISBOA  
Telefone: 213 112 400; E-mail: [cecoa@cecoa.pt](mailto:cecoa@cecoa.pt)

### II. ÓRGÃO CONTRATANTE

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração do CECOA, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos e ao abrigo da competência própria atribuída a este órgão – definida no protocolo de criação do Centro (homologado pela Portaria nº 510/86, publicada no Diário da República, 1ª

Série, nº 208, de 10 de Setembro de 1986, entretanto retificada pela Declaração publicada no Diário da República, 1ª Série, nº 225, de 30 de setembro de 1986) – e aos seus membros – através dos respetivos despachos de nomeação (Despacho nº 44/2023, de 19 de dezembro de 2023, do Exmo. Sr. Secretário de Estado do Trabalho).

### III. FUNDAMENTO DA CONSULTA PRÉVIA

- Alínea c), do nº 1, do art.º 20º do CCP, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro;
- Necessidade de recurso ao procedimento de Consulta Prévia por impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios.

### IV. OBJETO DO CONTRATO

Aquisição de **serviços de comunicações (redes fixas e móveis) e internet (fixa e móvel) – Sede e Delegações.**

### V. DOCUMENTOS A JUNTAR

Na fase de **apresentação da proposta**, o concorrente obriga-se a entregar toda a documentação/informações (documentos da proposta), nomeadamente:

- a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP (a que se refere a alínea a), do n.º 1, do art.º 57º) – minuta em anexo;
- b) **Certidão de registo comercial (certidão permanente, ou documento equivalente)**, atualizada, da entidade proponente (ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *on-line*), nos termos previstos no CCP e na Portaria n.º 372/2017, com expressa menção da forma de obrigar e quem é(são) o(s) legal(ais) representante(s);
- c) **Proposta e respetivo prazo de validade** – proposta elaborada de acordo com o estabelecido no Convite e no Caderno de Encargos do procedimento. O concorrente deve mencionar ainda, expressamente, o prazo de validade da proposta (66 dias – contados do termo do prazo para a apresentação da proposta);
- d) **Tarifário detalhado de todas as comunicações** – com inclusão de informações sobre o período da PUR (Política de Utilização Responsável) proposto, por extensão, e de todos os custos adicionais (chamadas para redes fixas, móveis, nacionais e internacionais – preço por minuto, aplicáveis após o PUR). Devem ser enviados todos os dados/detalhes solicitados no Caderno de

Encargos (p. ex. Comunicações móveis – telemóveis e *internet* móvel: preçário associado à prestação de serviços de *roaming*, indicando a tarifa específica para cada zona de tarifário; Serviços de comunicações – Sede e Delegações: devem ser enviadas as tabelas com os custos por minuto / SMS após a utilização dos 4000 minutos; Serviço de comunicações móveis de voz: Devem ser enviadas as tabelas com os custos por minuto / SMS após a utilização dos 4000 minutos).

- e) **Declaração, sob compromisso de honra, na qual o concorrente assegura que respeitará** – na formação e execução do contrato (caso lhe seja adjudicada a prestação dos serviços) – **as normas aplicáveis em vigor** em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional europeu, nacional ou regional – modelo em anexo.

Os documentos anteriormente indicados são de submissão obrigatória, junto com a proposta (requisitos obrigatórios).

A falta de envio (com a submissão da proposta) de qualquer dos documentos mencionados nos parágrafos anteriores implica a exclusão da proposta apresentada.

Os concorrentes devem discriminar expressamente, nas respetivas propostas, todos os atributos e condições que as compõem (correspondendo sempre, e no mínimo, aos atributos indicados pela Entidade Adjudicante nas peças do procedimento) – o não cumprimento desta condição implicará a exclusão da proposta.

Para cumprimento do disposto nos parágrafos anteriores, não será suficiente a submissão, por parte dos concorrentes, de declaração anexa à proposta a indicar que aceitam, sem reservas, todas as cláusulas do Caderno de Encargos, Convite e esclarecimentos aplicáveis ao procedimento e a solicitar que:

- Se, por lapso, ocorrer qualquer divergência entre a proposta apresentada e o conteúdo dos referidos Caderno de Encargos, Convite e esclarecimentos, prevalecerão sempre estes últimos;
- A entidade adjudicante considere como não escrito qualquer conteúdo da proposta relativamente a quaisquer aspetos não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e que, inserido por lapso, possa ser interpretado como contraditório com este.

As propostas devem conter menção expressa para tudo aquilo que incluem (ou seja, devem ser descritos todos os aspetos de execução do contrato, não sendo viável a simples presunção do cumprimento. Deve ser dada garantia de que o concorrente se vincula a todas as exigências que constam nas peças do procedimento).

Todos os documentos que instruem a proposta (ex.: proposta comercial e financeira, fichas técnicas, declarações e todos os outros documentos submetidos), e mencionados nos parágrafos/alíneas anteriores deverão ser assinados pelo concorrente, ou por representante que tenha poderes para obrigar, devendo, neste caso, ser junta a procuração que confira poderes de representação.

Nos procedimentos tramitados através de plataforma eletrónica, todos os documentos carregados na plataforma deverão ser assinados eletrónica (e individualmente), mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada. O não cumprimento desta condição implicará a exclusão da proposta apresentada pelo concorrente, sendo necessária a aposição de assinatura eletrónica, em cada documento, em dois momentos distintos:

- Fora da plataforma eletrónica, em todos os documentos que integram a proposta, previamente ao respetivo carregamento (só assim se podendo considerar como efetivamente assinados);
- Na plataforma, no ato do carregamento de cada documento.

Qualquer **classificação de documentos** que constituem a proposta deverá ser previamente requerida, pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.

Na fase da **adjudicação** da proposta, o adjudicatário obriga-se a entregar toda a documentação (documentos de habilitação), nomeadamente:

- a) **Declaração emitida, conforme modelo constante do Anexo II do CCP** (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º) – minuta em anexo;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, nomeadamente:
  - a. **Certidão de Registo Criminal**, conforme as alíneas b) e h), do n.º 1, do art.º 55.º e alínea b), do n.º 1, do art.º 81º, todas do CCP (ou seja, da Pessoa Coletiva e de todos os titulares dos seus Órgãos Sociais de Administração, Direção, ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções);
  - b. **Certidão da Direção Geral dos Impostos** – ou cópia autenticada – comprovativa de que a entidade se encontra em situação tributária regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;
  - c. **Comprovativo do registo e das respetivas atualizações de Beneficiário Efetivo (RCBE – Registo Central do Beneficiário Efetivo)**;
  - d. **Certidão – ou cópia autenticada** – comprovativa de que a entidade se encontra em situação contributiva regularizada perante a **Segurança Social**.

Poderá ainda ser solicitada documentação adicional aos concorrentes durante o processo de avaliação das propostas e da respetiva adjudicação.

## VI. IDIOMA DA REDAÇÃO DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em **português**.

## VII. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

As propostas devem ser apresentadas até às **17H00 do dia 14/01/2025**.

## VIII. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (via plataforma ACINGOV).

## IX. MODO DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não exigível, por o preço contratual ser inferior ao previsto na alínea a), do n.º 2, do art.º 88º do CCP.

## X. PRAZO DE EXECUÇÃO

O contrato tem a duração máxima de 36 meses, com início desde a completa instalação de todos os serviços e término a 31 de dezembro de 2027, não sendo possível a sua renovação.

## XI. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa – determinado através da modalidade ‘Monofator’ (fator: preço mais baixo) – de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do art.º 74º do CCP.

## XII. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate (em qualquer grau de classificação/ordenação das propostas) – e de acordo com o disposto no art.º 74º do CCP, será utilizado o sorteio como critério de desempate, para decisão.

## XIII. PROPOSTAS VARIANTES

Considerando a definição dada no n.º 1, do art.º 59º do CCP, não é permitida a apresentação de propostas variantes, sendo que deverá ser cumprido o disposto no n.º 7, do art.º 59º do CCP.

## XIV. NEGOCIAÇÃO

No cumprimento do previsto na alínea a), do n.º 2, do art.º 115º do CCP, informa-se que as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## XV. PREÇO CONTRATUAL

O preço global para a prestação dos serviços, não poderá ser superior a **38 304,00 €** – trinta e oito mil, trezentos e quatro euros – (não inclui IVA), considerando a seguinte distribuição (valores anuais máximos):

	2025	2026	2027	TOTAL
Valor s/IVA	12 768,00 €	12 768,00 €	12 768,00 €	38 304,00 €

Serão excluídas as propostas cujo valor seja superior ao preço base indicado no primeiro parágrafo do presente artigo.

Na proposta apresentada, para além da referência ao valor contratual total proposto, o adjudicatário deverá indicar obrigatoriamente o valor máximo anual proposto para cada um dos anos do contrato – considerando os limites referidos na tabela anterior.

## XVI. ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Convite serão prestados através da plataforma ACINGOV.

## XVII. PRAZO DA MANUTENÇÃO DA PROPOSTA

O prazo da manutenção da proposta é de **66 dias** contados da data da apresentação da proposta.

## XVIII. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Até 5 (cinco) dias úteis após a notificação da adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação referidos no ponto «V. DOCUMENTOS A JUNTAR», do presente Convite.

Caso se verifique alguma irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação – nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP – será concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis para supressão da(s) irregularidade(s) detetada(s).

### Em anexo:

- Caderno de Encargos;
- Minutas das Declarações.

Com os melhores cumprimentos,

---

**Pedro Almeida**

Coordenador do Departamento de  
Recursos Humanos, Administrativo e Financeiro



[Esta página foi intencionalmente deixada em branco.]



## ANEXOS

### Anexo I do CCP (Modelo de Declaração)

*[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º, ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, do CCP – conforme aplicável]*

1. [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de<sup>1</sup> [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa] e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>2</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo<sup>3</sup>:
  - a) ;
  - b) .
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

<sup>1</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>2</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>3</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local, data],

\_\_\_\_\_  
[assinatura<sup>4</sup>].



<sup>4</sup> Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º

## Declaração sob compromisso de honra (Modelo de Declaração)

*(Fase de apresentação da proposta)*

[nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes] e na sequência da participação no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada assegurará o respeito – na formação e execução do contrato (caso lhe seja adjudicada a aquisição do bem/prestação do serviço) – das normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional europeu, nacional ou regional.

[Local e data]

\_\_\_\_\_  
[Assinatura]



## Anexo II do CCP (Modelo de Declaração)

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1. [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de<sup>5</sup> [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada<sup>6</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados<sup>7</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada<sup>8</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local e data],

\_\_\_\_\_  
[assinatura<sup>9</sup>].

<sup>5</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>6</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>7</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>8</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

<sup>9</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.